

O discurso da renúncia e a memória da indispensabilidade no epistolário bolivariano: entre os limites da liberdade e o desencanto com a independência nas Américas*¹

FABIANA DE SOUZA FREDRIGO²

Resumo

A leitura e a análise do epistolário bolivariano permitiram conformar o que denomino de “memória da indispensabilidade”. No interior dessa memória, constata-se a presença do ressentimento e da solidão do missivista, transformados em elementos retóricos que, por sua vez, permitem acessar os limites de compreensão e ação do ator histórico. A complexidade dos limites do missivista (sua crença na liberdade e a incompatibilidade com a nova cena pública) vai ao encontro das mitificações memoriais sobre o lugar da América e de seus projetos, por isso, dada sua importância, captar tais limites é a pretensão deste artigo.

Palavras-chave: Memória da Indispensabilidade; Independência; Liberdade; Escrita.

Abstract

The reading and the analysis of Bolívar's epistolary had allowed to conform what I call “memory of indispensability”. In the interior of this memory, it is evidenced the presence of the resentment and the solitude of the messenger, transformed into rhetorical elements that, in turn, allow to access the limits of understanding and action of the historical actor. The complexity of the messenger's limits (its belief in the freedom and the incompatibility with the new public scene) goes to the meeting of the memorial myth on the place of America and of its projects, therefore, given its importance, to catch such limits it is the pretension of this article.

Keywords: Memory of the Indispensability; Independence; Freedom; Written.

Tinha arrebatado ao domínio espanhol um império cinco vezes mais vasto que as Europas, tinha comandado vinte anos de guerra para mantê-lo livre e unido, e o tinha governado com pulso firme até a semana anterior, mas na hora da partida não levava sequer o consolo de acreditarem nele. O único que teve bastante lucidez para saber que na realidade ia embora, e para onde ia, foi o diplomata inglês, que escreveu num relatório oficial ao seu governo: “O tempo que lhe resta mal dá para chegar ao túmulo” (MÁRQUEZ, 1989: 44).

* Artigo submetido à avaliação em 26 de maio de 2009 e aprovado para publicação em 25 de agosto de 2009.

I

Simón Bolívar lidou com a sua correspondência de forma dedicada e delicada porque esteve entre seus objetivos oferecer à posteridade um personagem: o homem público irretocável, desprovido de vida privada. De imediato, a localização desse desejo no epistolário, bem como das estratégias narrativas que tentavam executá-lo, impôs uma relação cristalina entre a escrita de cartas, um projeto de memória e a historiografia³.

Numa fórmula antiga, a carta faz o ausente presente. Escrever cartas revela o desejo de registrar acontecimentos, racional e afetivamente, para não esquecê-los, para estabelecer uma memória de si e dos outros. Essa atividade irrompe no mundo particular do indivíduo que escreve, mas exige um grupo, já que as memórias devem ser partilhadas caso queiram alcançar a imortalidade. Precisa-se do grupo porque é ele o responsável por afiançar a memória individual. Com o efeito do esquecimento, intrínseco ao ato de lembrar, e das mudanças plásticas e flexíveis do presente, o grupo responsabiliza-se pela sustentação e pela partilha de uma memória. Em virtude das razões anteriores, a memória individual encontra-se entrecortada pela memória coletiva. No caso de Simón Bolívar, o grupo eleito para a prática da correspondência compunha-se dos militares que o acompanharam nas campanhas bélicas e foram, igualmente, os políticos estreantes das repúblicas sul-americanas, nascentes na primeira metade do século XIX.

A leitura das missivas permitiu lidar com distintos sentidos para a escrita, entre eles: a revelação para si e/ou para os outros; a compreensão dos códigos do mundo que rodeia o narrador; a tentativa de catarse por meio do texto; a “invenção” de si, considerando-se o poder de prefiguração da escrita; o projeto de conhecimento e de ação política; o projeto de memória. Entre as temáticas variadas e as distintas estratégias narrativas, um dos discursos mais constantes no epistolário alude à renúncia política. Este artigo apresenta os múltiplos sentidos narrativos constitutivos do que denomino de *memória da indispensabilidade*⁴. Após expor os elementos que compõem a *memória da indispensabilidade*, os relacionarei aos limites do missivista em compreender a conformação de uma nova cena histórica, a partir da ocorrência das independências na América do Sul. A complexidade desses limites de compreensão do missivista permite explicar o apego de Simón Bolívar ao ideal da liberdade e sua crença na guerra como a única forma de rompimento com a Espanha. Permite, também, ir ao encontro das mitificações memoriais sobre o lugar da América e de seus projetos, esses últimos, em grande parte do tempo, questionados quanto à sua capacidade de fazer a América ingressar na modernidade ocidental. Essas me parecem duas boas razões para expor os limites

do missivista, recompondo, a partir do projeto narrativo epistolar, as cenas do processo de independência na América Hispânica.

II

De imediato, é preciso alertar para o fato de que, ao referir-se à renúncia, o missivista apontava para o desejo de renunciar, em primeiro lugar, ao cargo executivo. Há visíveis diferenças entre renunciar ao cargo e renunciar à autoridade. Essa última renúncia nunca seria a opção de Bolívar, mesmo porque ele acreditava que a sua autoridade pairava acima de qualquer cargo. O cargo era apenas o instrumento capaz de lhe facultar os meios para colocar em andamento a guerra:

De todos os modos, resolvi não mandar mais [do] que [no] o [âmbito] militar, servirei enquanto dure a Colômbia ou a minha vida; mas nada mais que na guerra. Desejo que o Congresso se ocupe muito particularmente de autorizar ao vice-presidente da Colômbia para que tudo fique sob sua responsabilidade, excetuando a parte militar e suas conexões das quais me encarregarei com gosto. Se vocês querem que eu leve o nome de presidente, eu não quero ser mais do que um general em chefe do exército da Colômbia, com faculdades para pedir e conseguir homens e dinheiro, víveres, o sortido e a equipagem completa para o exército, e [enfim, quero] as faculdades concedidas no teatro de guerra. Terminada esta, poderão acabar as minhas faculdades e tudo mais o que queiram me tirar, pois a minha intenção é governar o menos que seja possível. Acrescento que a minha saúde está um descalabro, que começo a sentir as fraquezas de uma velhice prematura; e que, por conseguinte, nada pode me obrigar a levar por mais um longo tempo o timão, sempre combalido pelas ondas de uma tempestade contínua. (Carta para Fernando Peñalver⁵. Guanare, 24/05/1821. Tomo III, R. 723, p. 67-69. Original.)⁶.

Conforme aponta a leitura da última carta, a renúncia pôde ser associada a muitos outros sentidos, como, por exemplo, a renúncia de si. Explorar o discurso implicitamente associado à renúncia de si é o que permitirá acompanhar e compreender a montagem do perfil de um homem público devotado ao seu povo e à sua pátria. Segundo o missivista, foi o esforço dessa doação à pátria que o impediu de construir laços afetivos profundos que pudessem lhe acalentar na velhice prematura. Dessa forma, Bolívar antevia e anunciava a sua morte solitária, quando reforçava seu perfil de homem público de moral ilibada. O homem público não tinha vida privada, essa se viu despovoada de grandes afetos, dada a necessidade impositiva de dedicação exclusiva ao futuro da América. O preço para ser admirado pela posteridade era a solidão. Por isso, a justificativa de uma morte marcada pela solidão viria da

renúncia de si e dos que o amavam. O desejo de consumir seus afetos via-se barrado pelo pacto com o dever. Em cartas para os amigos mais próximos, Bolívar permitia-se a queixa:

Meu querido Fernando, muito sinto não voar para te estreitar em meus braços e participar de tuas dores, para diminuí-las, consolar-te com o que estivesse a meu alcance; mas tu sabes que o homem social é um monstro da natureza, que não escuta seus gritos e não obedece senão ao fantasma do dever. Entretanto, eu não perco a esperança de sair logo desta tortura que desnaturaliza os verdadeiros afetos e os bens únicos e positivos. Concluída minha comissão no Sul, marcharei para Bogotá e dali para Caracas para ser cidadão livre, e retirar de minha agoniada cabeça o enorme peso de responsabilidade que gravita sobre ela (Carta para Fernando Del Toro. Cuenca, 23/09/1822. Tomo III, R. 893, p. 295-297. Original.).

Assim mesmo, embora o trabalho e a entrega à pátria fossem considerados deveres capazes de o tornarem cativo, seriam também os responsáveis pela transformação de Simón Bolívar. Mais adiante, na mesma carta, Bolívar anuncia ao amigo Fernando Del Toro como suas conquistas no exército libertador, a criação da Grã-Colômbia e a expansão da luta pela independência nos territórios do Sul lhe deram uma nova identidade, então, universal. Portador dessa nova identidade, ele não se considerava apenas mais um caraquenho, pois era a representação de toda uma nação:

Tu me retrata a sorte de Caracas como é e deve ser. Tu pedes que eu volte sem demora, porque Caracas tem privilégios sobre mim. Conheço mais do que ninguém os direitos que o solo nativo tem sobre seus filhos; deves crer-me, estou devorado constantemente pelas mais cruéis inquietudes quanto ao que Caracas representa para mim. Um espírito profético me avisa da proximidade de males remotos e incertos; eu os saboreio com a amargura de um filho que vê destroçar o seio de sua própria mãe e a criatura de suas entranhas. Pensa, depois dessa confissão sincera o que a previsão me exige e me faz experimentar, mas ouve: eu pertenço agora à família da Colômbia e não à família de Bolívar; já não sou de Caracas só, sou de toda a nação que minha constância e meus companheiros têm formado, acreditando que para manter a tranquilidade desta desolada Venezuela devemos uni-la a Nova Granada, que chega até estas afortunadas regiões. Eu imagino que a Venezuela é nossa vanguarda, Cundinamarca nosso corpo de batalha e Quito nossa reserva. A filosofia da guerra dita que a vanguarda sofra, mas que exija reforços de outros corpos; que o centro auxilie a vanguarda com todo seu poder, e que a reserva, cuidando de sua costa, deposite em si a saúde e as esperanças do exército (Carta para Fernando Del Toro. Cuenca, 23/09/1822. Tomo III, R. 893, p. 295-297. Original.).

Muitas são as possibilidades fornecidas pelo epistolário para a explicação da solidão e do ressentimento, sempre delimitadas no interior da relação entre o homem público e o dever. Essas explicações pretendem complementar o perfil do missivista, num sentido muito preciso:

ele era *indispensável* ao seu povo e à sua pátria, por isso era incansável quanto às exigências do trabalho. Não havia nenhum outro capaz de substituí-lo. Certamente, Bolívar sabia de sua dispensabilidade, então, foi exatamente a ciência de que outros poderiam ocupar seu lugar que lhe exigiu tecer a *memória da indispensabilidade*. Foi o desejo de se destacar, no presente e no futuro, que lhe possibilitou antever a necessidade de se colocar, individualmente, como o homem capaz de empreender as transformações para a América. Em síntese, foi a ciência quanto à finitude do poder e da vida aliada ao desejo de consagrar uma memória à história que permitiram a Bolívar criar um personagem dedicado à posteridade, assim, “morto seguiria vivo, ausente seguiria presente” (MADARIAGA, 1953). Numa carta endereçada a Pedro Gual, Bolívar não só demonstrava o conhecimento de sua importância histórica, como traçava as linhas para a memória a ser estabelecida:

Você me diz que a história dirá de mim coisas magníficas. Eu penso que não dirá nada tão maior quanto o meu desprendimento do mando, minha consagração absoluta às armas para salvar o governo e a pátria.

A história dirá: “Bolívar tomou o mando para libertar seus concidadãos, e quando foram libertados os deixou para que se governassem por suas leis e sua vontade”. Esta é a minha resposta, Gual; as outras razões você as verá na minha carta ao vice-presidente (Carta para Pedro Gual. Maracaibo, 16/09/1821. Tomo III, R. 775, p. 127-128. Retirada de Blanco y Azpurua, VIII, p. 86.).

Desprendimento do mando e consagração absoluta às armas para salvar a pátria resumem a máxima recorrente na correspondência bolivariana. Da indispensabilidade à pátria e também à história, retiram-se duas imagens: a do soldado (na alusão à consagração absoluta às armas) e a do homem público (cujas características marcantes seriam o desapego ao mando das instituições republicanas). A historiografia cuidaria de reforçar ambas as imagens. Com referência ao “homem público” irretocável, seus traços seriam confirmados pelo interesse dispensado exclusivamente ao bem da nação, interesse que estaria liberado da mácula atribuída aos “políticos profissionais”.

Posteriormente, Bolívar não seria visto como um político, mas como um gênio político. Tais constatações são diferenciadas: construir um político exige um processo de aprendizagem, ao passo que um gênio político simplesmente nasce como fruto da criação. Uma vez mais a historiografia optou por seguir as diretrizes deixadas por Simón Bolívar (CARRERA-DAMAS, 1969). No epistolário, a grandiosidade do estadista vem exatamente da renúncia ao cargo de presidente para salvar a pátria dos interesses escusos. A pedagogia

republicana devia exalar da sua liderança, desde que resguardada sua posição de comandante do exército patriótico:

Eu recebi sua apreciável carta, que me foi trazida pelo mensageiro Alvarez. Por ela vejo, com muita satisfação, que o Senhor me crê necessário por lá [Colômbia]. Há pânico e terror dos Senhores em relação à república. Ela pode se governar perfeitamente sem mim, desde que com um exército que a defenda sob minhas ordens, quero dizer, sob as ordens de um cidadão qualquer que deseje a liberdade. Eu quero supor, meu amigo, que, embora eu fosse indispensável para fazer o que temos feito, essa não seria a razão para me persuadir da minha necessidade para se fazer o que ainda falta. Um homem pode levantar o peso de muitos quintais, nem por isso, outro não poderá levantar o de algumas arrobas. Este é o caso presente, meu amigo, e é por isso mesmo que estou disposto a dar exemplo de um grande republicanismo para que esse mesmo ato sirva de preceito aos outros. Não convém que o governo esteja nas mãos de um homem mais perigoso; não convém que a opinião e a força estejam nas mesmas mãos e que toda força esteja concentrada no governo; não convém que o chefe das armas administre a justiça porque então o choque universal será contra este indivíduo; e uma vez derrubado, será derrubado todo o governo. [...] [...] Todo mundo sabe que tenho inimigos, muitos pensam que aspiro ao poder absoluto; não será um golpe para a república que as inimizades e os zelos, conspirando contra mim, derrubem o governo? Mandando no exército, a Colômbia me terá sempre na reserva e o governo na vanguarda (Carta para Dr. José María Castillo Rada. Maracaibo, 16/09/1821. Tomo III, R. 774, p. 125-126. Cópia).

Como é costume do missivista, o uso das metáforas para diferenciar os homens dedicados ao trabalho de administrar a pátria, nesse caso o quintal (muitos) e a arroba (algumas), serve para colocá-lo em situação de comparação que, de modo propositadamente desavisado, constata sua hierarquia superior. Como anuncia na carta, outro homem poderia substituí-lo, mas conviveria com o peso da responsabilidade de alcançar o inalcançável. A *memória da indispensabilidade* constrói-se, conforme sugerido, a partir da ciência do general quanto à sua dispensabilidade. Na mesma carta, confirmam-se algumas teses constantes no interior epistolário: 1) o general queria fazer entender sua indispensabilidade na guerra, no campo de batalha; 2) ao renunciar o convite para assumir ao cargo de presidente (o que não ocorre em virtude da insistência de seus companheiros), Bolívar afirma seu republicanismo e coloca-se como um estadista, distanciando-se do mísero desejo pelo poder absoluto; 3) ao afirmar sua indispensabilidade no teatro da guerra, ao aludir à renúncia, sem efetivá-la, e, sobretudo, ao sublinhar seu desejo de libertar sem administrar, o general amplia sua indispensabilidade, sugerindo que a permanência de uma América livre dependia da coalizão em torno de seu mando e do referendo de sua legitimidade.

Os sentidos associados ao discurso da renúncia demonstram a pluralidade narrativa delineada pelo próprio missivista. Por trás dessa pluralidade, há uma engenharia e uma arquitetura que buscam sustentar um projeto de poder⁷. Essas engenharia e arquitetura exigem a atenção ao discurso da renúncia, posto que esse discurso traduziu-se em um instrumento político de amplo alcance e de grande competência. Nesse sentido, o importante é demonstrar como a sustentação desse projeto dependeu da capacidade do missivista em estabelecer diretrizes que, de um lado, o legitimavam e, do outro, lidavam com o medo de seus companheiros quanto à realidade de sua renúncia.

O apelo à renúncia apareceu prematuramente no epistolário porque a sua primeira função foi a de colaborar com a legitimidade da liderança de Simón Bolívar. Afirmado e legitimado como líder, o passo seguinte era conservar o poder e, para tanto, o discurso da renúncia passou a servir como uma ameaça capaz de trazer à tona, a qualquer momento, o medo cultivado pelos companheiros de que o comandante das tropas patrióticas renunciasse. Sabedor da liderança que despertava, Simón Bolívar fez de sua escrita um meio para controlar o medo e o apoio de seus companheiros. A escrita funcionava para o missivista como um termômetro, pois lhe permitia medir as expectativas, os anseios e a confiança do grupo em torno de sua liderança. Além disso, também apresentava ao grupo suas próprias esperanças e indicava as possibilidades de realização das mesmas, tendo em vista a comprovação constante de sua capacidade empreendedora. Era essa busca por legitimidade que o fazia escrever, logo depois de Angostura⁸:

Farei outra confissão: a única causa, por assim dizer, que tem me animado a propor a criação da Colômbia [Grã-Colômbia], tem sido a idéia de destruir para sempre os motivos de ódio, de discordância e de dissolução. Se estes aumentam, que horroroso desengano!

Desde que saí daqui para Caracas pela primeira vez, ia firmemente resoluto a deixar o mando no mesmo dia em que libertasse a minha pátria: a guerra me forçou a continuar no mando para combater com sucesso, ou pelo menos com esperanças. Esta resolução cresce em mim progressivamente na razão do tempo e dos sucessos e a cada dia se multiplica em progressão geométrica. Muitas vezes tenho dito a alguns de meus amigos que eu me encontro em alto mar procurando um porto para desembarcar. A paz será o meu porto, minha glória, minha recompensa, minha esperança, minha dita e tudo o quanto é precioso no mundo. Já proclamei uma vez à face da Venezuela: o primeiro dia de paz será o último de meu mando: nada me fará mudar esta determinação. Poderão se amontoar sobre a minha cabeça as tempestades do céu, abrir aos meus pés todos os abismos, convidar-me à fama com um templo último na posteridade; o Paraíso oferecer-me as suas delícias; mas eu, mais forte que o inflexível Catão, ficarei inexorável como ele. Por fim direi: se não me resta outro caminho que o da fuga, esse será o

da minha salvação. (Carta para Francisco de Paula Santander. El Rosario, 10/06/1820. Tomo II, R. 591, p. 354-355. Original.).

No interior do projeto narrativo epistolar, o missivista confessava o desejo de renunciar ao cargo no mesmo dia em que a liberdade da pátria fosse alcançada. A continuidade da guerra e as dificuldades para empreender a libertação o faziam permanecer frente ao cargo de comandante do exército patriótico e primeiro mandatário da Grã-Colômbia. Desse modo, embora não pudesse efetivar a renúncia num presente marcado pela guerra, esse expediente político mantém-se no horizonte de expectativa do missivista. Recorrendo à renúncia em cada um dos momentos de dificuldades, Simón Bolívar não deixava os companheiros esquecerem o fato de que a ausência de apoio podia trazer a renúncia e, com ela, a abdicação de um projeto de poder. Estabeleceu-se um jogo, no qual a renúncia tornara-se o meio para atingir a legitimidade plena. Se, nesse caso, a renúncia funcionava como um blefe, o missivista devia assumir a obrigatoriedade dos riscos de ela ser aceita. Assim, há que se considerar a renúncia também como um desejo, talvez, um desejo que não lidasse com o presente do missivista, mas que divisasse o futuro.

Nem sempre foi fácil separar as duas opções (a da obrigatoriedade e a do desejo) na leitura das cartas, pois ambas eram componentes da narrativa. Ao considerar a impossibilidade de escape da dubiedade desse discurso, foi preciso aceitar seriamente a pretensão do missivista em ser ambíguo. Tal ambigüidade era, concomitantemente, uma proteção argumentativa e uma resultante da impossibilidade de onisciência do missivista. A ambigüidade ronda o epistolário e faz com que o leitor da correspondência depare-se com a dúvida e com os limites entre o dito e o não dito, entre a ciência e a onisciência. Dessa forma, a conclusão não podia ser outra: emoldurar um projeto de poder significava tanto usar a renúncia como um blefe quanto saber o momento certo de renunciar, fosse essa uma decisão a ser tomada como uma prospecção para o futuro ou como um fruto da necessidade diante da doença e da proximidade da morte. Em um ou em outro caso, o discurso da renúncia não deixou de estar vinculado à medição da legitimidade, o que levava ora ao inferno do ressentimento, ora ao paraíso da aceitação de um republicanismo ímpar e pedagógico.

Sinteticamente, o discurso da renúncia possibilita explicitar o projeto de poder do missivista e por esse motivo torna-se fundamental seu desvendamento. Esse projeto de poder envolvia uma concepção de América e o traçado de ações responsáveis para a viabilização da América pretendida, a que fosse livre e soberana num futuro próximo. A viabilidade de um projeto de poder, no qual Bolívar era figura central, dependia da participação de um grupo de

apoio, por isso a necessidade de convencimento e o transplante dessa necessidade à escrita. Ao escrever cartas, Simón Bolívar apresentava suas ações e, ao justificá-las, demonstrava suas convicções e seu idealismo. Essa mescla aponta para o quanto é complexo expor o missivista. Sobre essa complexidade, é oportuno traçar alguns comentários, pois eles ajudarão a compreender como o ressentimento bolivariano vincular-se-á à *memória da indispensabilidade*.

III

À primeira vista, muito rapidamente, pode-se concluir que o caminho das análises de Simón Bolívar sobre a América traça uma linha contínua que, ao invés de ascendente, é descendente. Explica-se: uma primeira leitura do epistolário pode encaminhar à percepção de que Bolívar, no que se referia às suas previsões sobre a América, passou do entusiasmo e da convicção à amargura e ao desencanto. Embora esse caminhar fosse acidentado, a historiografia o tomou e o qualificou a partir da curva descendente (do entusiasmo à amargura), retirando-lhe as arestas controversas e acidentadas. Assim qualificada, essa apropriação contribuiu para que se assentassem preconceitos em torno dos projetos (passados e futuros) para a América. Para essa leitura, a “América seria ingovernável”, posto que os projetos políticos modernos, associados à matriz liberal, não faziam mais do que “arar no mar”.

É expressivo dessa construção de sentido historiográfico o fato de que, depois da famosa Carta da Jamaica (1815), os trechos de outra epístola, então escrita para o General Juan Flores, logo após o assassinato de Sucre, tornaram-se um dos mais conhecidos e divulgados escritos de Simón Bolívar. Essa carta foi insistentemente citada como referência do estilo de escrita e dos pensamentos do general. A constante divulgação dessa missiva não pode ser tomada como ato casual na medida em que seu conteúdo narrativo passou a ocupar um lugar na memória política e social latino-americana. Os referidos trechos são os que seguem:

Você sabe que eu governei 20 anos e deles não tenho retirado mais do que poucos resultados certos: 1º. A América é ingovernável para nós. 2º. Aquele que segue uma revolução ara no mar. 3º. A única coisa que se pode fazer na América é emigrar. 4º. Este país cairá infalivelmente nas mãos de uma multidão desenfreada, para depois passar para [as mãos de] tiranos quase imperceptíveis, de todas as cores e raças. 5º. Devorados por todos os crimes e extintos por todas as ferocidades, os europeus não se dignarão a nos conquistar. 6º. Se for possível que uma parte do mundo volte ao caos primitivo seria este o último período da América. (Carta para Juan J. Flores.

Barranquilla, 09/11/1830. Tomo VII, R. 2.781, p. 585-588. Retirada de *Boletim Histórico*, n. 1, Fundação John Boulton.).

Não se trata de negar a trajetória de Bolívar, antes, importante é questionar como essa trajetória foi sendo assimilada historiograficamente. Assim, embora se possa mesmo afirmar que ele oscilou do mais profundo entusiasmo ao mais desesperado desencanto, a pergunta fundamental é qual a relação entre essa oscilação e os projetos de Simón Bolívar para a América. Formular essa interrogação exige dois movimentos, quais sejam: o primeiro consiste em compreender o filtro e a assimilação historiográfica em torno do personagem histórico; o segundo obriga a reavaliar o significado concedido ao ideal da liberdade, tanto pelo missivista quanto pela memória histórica erguida em torno dele. Enfim, numa primeira avaliação, concluíamos que a crença de Bolívar na premissa de que a liberdade, uma vez instaurada, liberaria forças capazes de construir uma América soberana, feliz e ordenada explica a oscilação desse homem em pólos opostos. Essa sua crença na liberdade lhe permitiu ser o “Libertador” e não o “Administrador” ou o “Ordenador”:

Se há reclamações que expõem sobre a legitimidade ou ilegitimidade da reunião da Colômbia, cabe ao Congresso Geral resolver sobre esta grande e odiosa matéria. Pelo que a mim toca, só faço votos ao céu para que a América seja livre e eu me veja livre de mandar na Venezuela e na Cundinamarca, para as quais tenho feito tudo o que tem estado ao meu alcance, não para mandá-las, mas sim para constituí-las independentes. Se estes dois povos querem viver separados, nada será mais conforme com o ardente e vivo desejo de meu coração; e, se querem viver reunidos, nada mais será conforme sua verdadeira ordem, sua felicidade futura e a glória de seus filhos. (Nota à representação do general Santander protestando por ter sido privado o Departamento da Cundinamarca de seu Tribunal de Justiça. Quartel General de El Rosário, 20/06/1820. Tomo II, R. 595, p. 363-364. Retirada de *Acotaciones bolivarianas*, p. 73, Fundação John Boulton.).

O anterior é deveras significativo: o missivista afirmava que a sua pretensão era a de constituir unidades independentes e não necessariamente governá-las ou, melhor, em seu vocabulário, “mandá-las”. Analiticamente, libertar exige também o patrocínio e a garantia da liberdade. Para tanto, Bolívar teria de libertar territórios e impor-lhes uma ordem administrativa que ultrapassasse a exclusiva dependência de um sítio militar. Esse segundo passo poderia assegurar a liberdade. Todavia, em meio à guerra, não coube à alçada do missivista o governo das repúblicas. Bolívar insistiu em reforçar seu perfil por meio da imagem do guerreiro exatamente porque se preocupava em romper o laço com a Espanha:

Recebi com muito gosto a sua carta, que me trouxe o mensageiro Alvarez. O Senhor conjura aos deuses para que me movam em direção à Cúcuta. A que [propósito], quando tenho expedições importantes em minhas mãos, em momentos preciosos e únicos? Eu conheço o que posso fazer, meu amigo, e sei onde sou útil; persuada-se de que não sirvo senão para guerrear, ou, pelo menos, para andar com os soldados, impedindo que outros o conduzam pior do que eu. Tudo mais é ilusão de meus amigos. Porque têm me visto dirigir uma barca na tempestade, acreditam que eu sirvo para almirante de uma esquadra. Somente em caso semelhante um simples piloto pode fazer melhor que um almirante, e nem por isso há que mudarem os talentos e a condição de ambos (Carta para Pedro Gual. Maracaibo, 16/09/1821. Tomo III, R. 775, p. 127-128. Retirada de Blanco y Azpurua, VIII, p. 86.).

Mais uma vez, a metáfora invertida (como a do quintal e da arroba): embora simples soldado, podia servir em condição de almirante, desde que no meio de uma tempestade, ou seja, diante de uma ocasião singular e dramática – exatamente como a que cercava de descontentamento e intriga a criação e manutenção da Grã-Colômbia. Passada a tempestade, renunciaria ao posto, pois a humildade também era lição a ser retirada do bom republicanismo. Seu mundo era o da guerra e, embora pensasse em alternativas políticas para o ordenamento e a administração das repúblicas, não tomava essa tarefa como sendo sua tarefa mais importante. A tarefa que se impunha era a de libertar a América, tarefa vaga e imprecisa discursivamente, o que demonstra um limite de ação compreensível do ator histórico. Consciente ou não, o missivista confessa e justifica seu limite, particularmente quando se apresenta como o guerreiro ou como o “Libertador”. Para o leitor atento, é certo que Bolívar construiu-se a partir da crença absoluta na liberdade, a ponto de assumi-la como um ideal demiurgo (PRADO, 1981). Essa crença, entre outras, colocou Simón Bolívar na fileira dos que acreditavam encontrar na ruptura com a metrópole o melhor caminho. Ainda mais: foi pela crença na capacidade transformadora da guerra e da instauração “mágica” da liberdade que, finda a luta contra os espanhóis, Bolívar pressentiu a sua dispensabilidade.

Quando Bolívar percebeu que a instalação da liberdade não conseguiria resolver os problemas colocados à América, sendo esse ideal demiurgo apenas o início da longa e lenta escalada, ele sentiu-se traído em suas convicções e em seus afetos. Era o momento de pressagiar que a liberdade tinha se destituído do seu poder transformador e, portanto, toda a vida dedicada à revolução e à pátria tornara-se uma grande perda de tempo, restando, então, a lamentação por ter se deixado absorver de tal modo por essa tarefa que, em verdade, lhe garantiu apenas a solidão.

Apontar a linha decrescente entre encanto e desencanto, usando o epistolário bolivariano como “fonte comprobatória da verdade”, sem apresentar o sentido narrativo que

liga as missivas, serve para reforçar a inviabilidade da América, assentando-se, desse modo, uma memória comprometida com o “pecado original” (a conquista e a colonização) e com a incapacidade de mudança das instituições políticas e sociais. O epistolário revela muito mais do que o desencanto, pois permite compreender o caldo formativo do desencanto, associado à experiência da guerra e da libertação. Como não perder a convicção pelo grande projeto da independência frente aos clamores populares pelo retorno ao *status quo* monárquico? Como desconsiderar a força política dos realistas, em especial depois da experiência no Peru⁹? Embora Simón Bolívar tenha tomado a liberdade como um ideal capaz de resolver todas as mazelas americanas, interessa é assumir a complexidade deste debate e perguntar no que isso poderia ter sido diferente. Para tanto, o discurso da renúncia torna-se peça-chave.

Visto esse tema de outro modo, a primeira afirmação que deve ser colocada é: Bolívar tinha de tomar a liberdade como um ideal demiurgo. Em meio a tantas transformações rápidas e de impacto como é característico das revoluções¹⁰, esse general optou pela ruptura com a metrópole. E a ruptura com a metrópole significava deixar de se reconhecer como até então os *criollos* se reconheciam – afinal, era em nome de sua ascendência (a pureza de sangue) e de seus vínculos com a Coroa que os *criollos* reafirmavam-se como um grupo perante os demais, posto que os “outros” não tinham uma linhagem e, portanto, não eram dignos de partilhar dos privilégios em solo americano.

Findo o processo de luta pela independência, as repúblicas recém-fundadas precisariam construir para si uma identidade que traduzisse os anseios e as expectativas populares, harmonizando-os com o projeto estatal republicano, federalista e oligárquico. Com a separação da Grã-Colômbia, em 1831, surgiram as repúblicas da Venezuela, Colômbia e Equador, tendo como líderes, respectivamente, José Antonio Páez, Francisco de Paula Santander e Juan José Flores. A situação econômica ou política dessas repúblicas não conheceu grande melhora com o término das guerras de independência. Às guerras de independência sucederam-se as guerras locais que associaram a política à instabilidade. Também, a bancarrota fiscal, a ausência de crédito externo e as dificuldades de incorporação das comunidades indígenas e de ex-escravos à vida da república foram problemas cotidianos na segunda metade do século XIX (DEAS, 2001).

Nesse mesmo período, as construções de memória lidariam com distintos prismas identitários. A própria explicação histórica em torno do significado da independência agruparia interpretações divergentes no que se referia à continuidade ou descontinuidade histórica. Para uma matriz, influenciada pela leitura do Abade de Pradt, a independência fora

resultante da chegada das colônias à sua vida adulta. Nessa interpretação, considerava-se a época pré-colombiana, a conquista e a colonização como frutos de um longo processo de maturação que desembocara na independência. Para outra matriz, a independência fora um momento de descontinuidade, quando a antiga nação resgatara a liberdade espoliada. Essa premissa supunha, também, identificar “a nação moderna aos antigos Estados indígenas, o período colonial a uma época de dominação estrangeira e a emancipação a uma desforra da Conquista” (GUERRA, 2003: 13). Essa segunda matriz, mesmo considerando as dificuldades de sua adoção, foi a mais aceita entre a elite *criolla*, especialmente a que foi contemporânea e partícipe das guerras pela emancipação. Essa adoção explica a presença de uma nova lenda espanhola, que evocava a crueldade dos peninsulares, apoiava-se nas apologias de homens como Bartolomé de Las Casas e aludia às referências, também míticas, de Athualpa e Tupac Amaru. Todos esses elementos encontram-se presentes no epistolário bolivariano.

Em ambas as matrizes, o elemento indígena esteve presente. Tal evocação mítica pretendia ora integrar o elemento indígena, ora edificar a identidade *criolla* por meio de um passado realista e digno: a América tivera a sua antiguidade clássica e essa esteve representada pelas civilizações pré-colombianas. No interior desse esforço representacional, há que se considerar o conflito da *elite criolla* que, às vésperas da independência, identificara-se com os espanhóis. Duas ações expressam a ligação da elite *criolla* com a monarquia hispânica: a reivindicação da pureza de sangue para comprovar sua ascendência peninsular e a defesa da legitimidade de Fernando VII, quando da invasão napoleônica na Espanha. Em síntese, a nova referência trazida pela independência era a da ruptura com os “trezentos anos de despotismo”. No interior dessa nova referência, as versões explicativas do nascimento da nação americana esbarravam na dificuldade da elite empreendedora da independência em lidar com o seu passado, fosse ele o indígena ou o colonial (GUERRA, 2003: 14).

A complexidade dessa recomposição continua: tomada a liberdade como um ideal demiurgo, era mais fácil transformá-la em convicção capaz, também, de convencer os interlocutores do general. Diante de tal quadro, crença, convicção e necessidade de convencimento permitiram o nascimento de uma fórmula que, no entanto, não imunizava os *criollos* dos conflitos inerentes à atuação e à experimentação política. Diante das peijas enfrentadas no cotidiano da guerra e da precária administração, torna-se compreensível que Bolívar pronuncie seu desolamento com a impossibilidade de que a liberdade tudo transformasse. Não obstante, a crença na liberdade não turvou suas avaliações quanto às

dificuldades em colocá-la em prática e, depois, em mantê-la. Ainda em 1819, no discurso de Angostura, Bolívar escrevia:

A liberdade, diz Rousseau, é um alimento suculento, mas de difícil digestão. Nossos débeis concidadãos deverão fortalecer seu espírito muito antes que consigam digerir o saudável alimento da liberdade. Entorpecidos seus membros pelos grilhões, debilitada sua vista pelas sombras das prisões e aniquilados pelas pestes servis, serão capazes de marchar com passos firmes em direção ao augusto templo da liberdade? Serão capazes de admirar de perto seus esplêndidos raios e respirar sem opressão o ar puro que ali reina? (BOLIVAR apud BELLOTTO; CORREA, 1983: 119.).

Sabedor das dificuldades de tornar o ideal da liberdade uma prática política efetiva, Simón Bolívar respondia às próprias dúvidas, expostas em trecho posterior do mesmo discurso:

A natureza, em verdade, nos dota, ao nascermos, do desejo da liberdade; mas seja a preguiça, seja a propensão inerente à humanidade, o certo é que esta repousa tranqüila, embora atada com as travas que se lhe impõem. Ao contemplá-la neste estado de prostituição, parece que temos razão para acreditar que a maioria dos homens tem por verdadeira a humilhante máxima de que custa mais manter o equilíbrio da liberdade do que suportar o peso da tirania. Oxalá esta máxima, contrária à moral da natureza, fosse falsa! Oxalá esta máxima não fosse sancionada pela indolência dos homens em relação aos seus direitos mais sagrados!

Muitas nações antigas e modernas sacudiram a opressão, mas são raríssimas as que têm sabido gozar de alguns preciosos momentos de liberdade; logo recaíram em seus antigos vícios políticos, porque são os povos, antes que os governos, os que arrastam atrás de si a tirania. O hábito da dominação os faz insensíveis aos encantos da honra e da prosperidade nacional e olham com indolência a glória de viver no movimento da liberdade, sob a tutela de leis ditadas por sua própria vontade. Os fatos do universo proclamam esta espantosa verdade (BOLIVAR apud BELLOTTO; CORREA, 1983: 119.).

Enfim, Bolívar era um homem de elite confiante em sua capacidade de liderança e no potencial transfigurador da educação. Reveladores do desencanto, da traição e do fastio, seus conflitos reforçam que esse homem era partícipe de um mundo em profunda transformação, que se manifestava em sua escrita nos apelos dramáticos pela “salvação da pátria”. O deslocamento de Bolívar (da crença num futuro americano promissor às previsões nada alentadoras para esse futuro) revela certa incompreensão desse universo em transformação. Aliás, para o missivista, a própria incompreensão decompôs-se no ressentimento, pois revelar ou assumir a incompreensão seria o mesmo que abandonar o posto do *homem das dificuldades*.

A adjetivação que o próprio Bolívar havia concedido a si, a de *homem das dificuldades*, sem dúvida, suplantava e justapunha as demais qualificações atribuídas a seus outros generais. Da mesma maneira, tal qualificação passou às interpretações, assegurando a Bolívar o posto máximo de herói das independências na América do Sul de colonização espanhola. Compreendida a importância de tal adjetivação, pode-se inferir em que medida a confissão de certa incompreensão da América e a impossibilidade de se manter no comando das tropas republicanas levariam ao ressentimento. Admitida certa incompreensão por parte do missivista, assim mesmo, é preciso considerar que há um limite, ditado pela própria capacidade humana, para a compreensão de um processo transformador, especialmente quando se está imerso nele.

Junto de uma avaliação do missivista, é primordial compreender como a opção pela independência – especialmente porque tal opção foi encaminhada pela ruptura e pela guerra – afetou o discurso da elite *criolla*, exigindo dela a reconstrução de sua própria identidade. Se antes essa identidade viu-se forjada pelo reconhecimento da conquista e da colonização, o que lhes permitia enquanto classe afirmar-se e diferenciar-se de índios e mestiços, herdeiros de outra tradição, com a independência colocava-se a exigência de rever a “aceitação positiva” tanto da conquista quanto da colonização.

Durante o período colonial, muitos se posicionaram como críticos severos do encaminhamento bélico e destrutivo da conquista e da exploração econômica da metrópole. Todavia, a alusão a uma “aceitação positiva da conquista e da colonização”, em especial no que se refere aos *criollos*, quer chamar a atenção para o fato de que esses, enquanto grupo, sentiam-se herdeiros dos peninsulares, a despeito de algumas restrições à sua atuação política e econômica no universo colonial. É certo que, em termos representacionais, o panorama é bem mais elástico, sendo permitida, entre outras, a identificação da elite *criolla* com o legado dos impérios pré-colombianos. Enfim, trezentos anos de história inseriram a América no mundo de uma maneira particular e a leitura dessa realidade, feita por seus contemporâneos, em alguma medida, teve de assumir os códigos peninsulares, mesmo que, nesse processo, muitas tenham sido as manifestações de resistência.

Aceita a Independência como um processo causador de ruptura, é preciso encarar o trauma presente num processo de tamanha amplitude. Mais uma vez, os atores históricos eram convocados para parturientes de um “Novo Mundo”. Se a Conquista significou um divisor de águas e provocou grande choque e trauma, assim também ocorreria com a Independência. As alegorias do Antigo Regime, expressas na simbologia associada à monarquia e ao catolicismo

de matriz ibérica, demonstram, simultaneamente, os graus de continuidade e de ruptura estabelecidos entre a Espanha e a América. A partir dessas reflexões, é essencial registrar o desafio de decifrar os códigos desse “Novo Mundo”. Se tal desafio torna-se uma tarefa complicada para os historiadores, o que dizer então sobre os sentimentos e as avaliações provocadas naqueles que vivenciaram esse processo e que não tinham como assimilá-lo em sua amplitude? É fundamental perceber que para os atores históricos, contemporâneos ao processo, a vivência multiplica a dramaticidade dos acontecimentos e dificulta a apreensão e a compreensão das transformações.

Nesse sentido, o desencanto e o ressentimento bolivarianos podem ser também avaliados como resultantes de sua ciência quanto à sua participação imperativa para o nascimento de um Novo Mundo. Um Novo Mundo onde as antigas lealdades e tradições não cabiam; um Novo Mundo onde o próprio Bolívar era, ao mesmo tempo, algoz e vítima das transformações; um Novo Mundo com o qual o general não interagira tendo plena identificação. Essa contradição encontra-se em suas missivas e o desejo de renunciar à presidência e servir como simples soldado, embora faça parte de uma construção de memória que pretende edificar a imagem do homem público consagrado por meio da guerra e do espírito de abnegação e sacrifício, da mesma forma, aponta para a ciência de Simón Bolívar de sua incompreensão das transformações impostas pelo nascimento desse Novo Mundo.

Em algumas circunstâncias narrativas, especialmente vinculadas à renúncia do cargo administrativo, caracterizar-se como soldado era o mesmo que se excluir como magistrado – tal discurso podia ser explícito ou não. Nesses momentos, o próprio missivista reconhecia a sua tradição: era ele o homem da revolução, formado no tumulto e na anarquia. A dificuldade de Simón Bolívar em lidar com os herdeiros do constitucionalismo – os homens da “república filosófica”, como ele mesmo os denominara – demonstra seu conflito diário na tentativa de perceber qual o sentido do Mundo Novo que a liberdade instaurara. A carta a seguir, após a indicação de José Maria Del Castillo Rada para o governo da Colômbia, é reveladora:

Assim, amigo, faça e desfaça o quanto lhe pareça melhor neste departamento, que eu tenho organizado muito ligeiramente e com extrema repugnância, porque você não pode imaginar nem pensar o desagrado que me causa tudo o que tem relação com a parte administrativa da república, pois minha sorte já estava fechada, eu não quero ser mais do que soldado, simples soldado se for preciso, antes que Presidente. Tudo isto digo a você para que tenha entendido minha absoluta abnegação ao governo, e que faça cargo dele, sem contar comigo para nada.

[...]

Estou certo de que outro presidente corrigirá tudo o que não fui capaz de corrigir durante o meu mandato, porque o novo presidente não estará colocado no centro da revolução como eu estive, e trabalhará, por conseguinte, com olhar próprio para a nova era que encontrará. Esta é outra razão que tenho, além do mais, para querer sair da presidência, porque eu jamais poderei tirar minhas linhas da esfera da revolução, ainda que esta tenha fenecido ou esteja pronta para fenecer. É tão difícil, por outro lado, que um chefe, criado em meio ao tumulto, à anarquia e ao ruído das armas, possa governar com acerto uma república filosófica, decretada por um congresso. Tal república não é para ser habitada por homens que se educaram em meio aos furacões revolucionários. Estou persuadido que o Congresso percebeu a exatidão dessas verdades e, por isso mesmo, não quer que eu governe pela espada ou com pulso terrível, mas com uma pluma e tato delicado, porque sem dúvida a marcha do tempo tudo deve submeter. (Carta para José María Del Castillo Rada. Tocuyo, 16/08/1821. Tomo III, R. 753, p. 102-103. Cópia.).

O escrito acima é um exemplo de missiva confessional, na qual Bolívar expunha ao amigo a sua inadequação à “nova era”. Nessa carta, apresenta-se um elemento distinto: o dilema bolivariano em conviver com um novo modo de fazer política. Para esses tempos de ingresso na “modernidade ocidental”, a cena pública esteve mapeada por também novas legitimidade e sociabilidade, ambas perceptíveis pelos atores históricos (GUERRA, 2003).

Para Bolívar, o dilema de como se colocar numa nascente e distinta cena pública resolver-se-ia por meio de sua afirmação enquanto soldado. Isso permitiria que ele mantivesse sua autoridade e legitimidade bem como lhe possibilitaria não ser testado em seu tato político, em particular quando os novos tempos exigiam “embainhar a espada e testar a pluma, submetendo-as à marcha do tempo” – retórica à parte, Simón Bolívar não apenas não embainhou a espada como testou a pluma, fazendo dessa última uma arma imprescindível na luta pela independência. A leitura atenta da carta anuncia a necessidade justificadora de Simón Bolívar: implicitamente, o general indicava que seus limites formativos o impediam de fazer mais pela pátria. Desse modo, a renúncia vinha associada a um homem público que tinha se doado completamente e que continuaria doando-se, desde que lhe deixassem seguir no posto de soldado. O ano da carta acima permite algumas conclusões interessantes. Era então 1821, quando mal tinham começado os embates no Peru. Bolívar sabia que a guerra não chegara ao fim e que a segurança da Colômbia e da Venezuela dependia dos resultados no Peru. Em virtude disso, também sabia que renunciar ao posto de magistrado e manter-se como o soldado mais importante da república não era, como pode parecer, renunciar ao poder. Antes de tudo, era possibilitar a si mesmo a construção da figura do herói salvador.

Como as cartas anteriores demonstram, Bolívar nomeou a renúncia de várias maneiras e escreveu sobre ela até mesmo quando não parecia ser esse o assunto principal. Dessa forma, a apreensão do discurso sobre a renúncia exigia uma ampliação do recorte documental. Se, à primeira vista, os temas variados permitiam a impressão de que estavam imersos nas cartas ao acaso, sem indicar necessariamente uma relação mais fértil com o discurso da renúncia, com o conhecimento mais aprofundado do epistolário, os mesmos temas vieram acrescentar complexidade à análise, sugerindo uma investigação muito mais abrangente do que a calculada no início. O discurso da renúncia permitiu conceber o que se denomina como *memória da indispensabilidade*. Construída entre a ciência e a impossibilidade de onisciência do missivista, essa memória tomava para si o cultivo do ressentimento que, por sua vez, também incorporava elementos como o medo da solidão e da morte. Avaliado o ressentimento como parte integrante da construção de uma *memória da indispensabilidade*, passou a importar a fonte do ressentimento do missivista e, ainda, das condutas que esse ressentimento inspiraria. No caso, tanto a fonte do ressentimento quanto a conduta por ele instigada podiam ser mapeados por meio do discurso epistolar, sendo a renúncia o elo entre esses pólos.

IV

Pierre Ansart alerta sobre a diversidade das formas de ressentimento, o que leva à conveniência de se reportar a “ressentimentos”, adotando o plural. Em seguida, apoiando-se em Nietzsche, ele aponta dois tipos de ressentimento: o primeiro, o ressentimento dos fracos, dos dominados e dos padres ascéticos; e o segundo, o ressentimento que nasce do ódio recalcado dos dominantes frente à revolta dos dominados. Esse segundo ressentimento associa-se ao desprezo e ao desejo de reencontrar a autoridade perdida para se vingar da humilhação (ANSART, 2001: 19). A partir da definição proposta, enfoca-se a dinâmica do ressentimento: ele não é um sentimento que se cultiva e se guarda em meio à inércia e à contemplação. Ao contrário, ele é um sentimento que requer a ação, pois atua em nome do que se perdeu ou do que ainda se quer ganhar. Considerando a relação de poder que se estabelece entre os indivíduos, tanto dominantes quanto dominados estão sujeitos ao cultivo do ressentimento. Dessa maneira, a memória deixa de ser a memória do ato de renunciar para se tornar a *memória da indispensabilidade*, que, como sugerido, contém os apelos ao ressentimento, à calúnia, à doença e à morte:

Tenho sacrificado minha saúde e fortuna para assegurar a liberdade e a felicidade de minha pátria. Tenho feito por ela tudo o que pude, mas não

tenho conseguido contentá-la e fazê-la feliz. Tudo abandonei à sabedoria do congresso, confiando que ele efetuará o que não podia um indivíduo conseguir. Com todo fervor peço ao céu que preserve a Colômbia da guerra civil que tem manchado a história dos Estados da América do Sul. Se para evitar esta o Congresso acreditasse indispensável e o povo desejasse estabelecer uma Monarquia, eu não me rebelaria contra seus desejos: mas tenha você bem presente o que lhe digo: *a coroa jamais cingirá a cabeça de Bolívar* [grifo próprio]. Eu desejo descansar e conte você com que nenhuma ação manchará a minha história, cuja consideração me enche de satisfação. A posteridade me fará justiça, e esta esperança é o valor que possuo para a minha felicidade. Minhas melhores intenções têm-se convertido nos mais perversos motivos, e nos Estados Unidos onde eu esperava que me fizessem justiça, tenho sido também caluniado. O que eu tenho feito para merecer este tratamento? Rico desde o meu nascimento e cheio de comodidades, hoje em dia não possuo mais do que a saúde alquebrada. Podiam meus inimigos desejar mais? Mas fazer-me tão destituído é obra da minha vontade. Todos os recursos e exércitos vitoriosos da Colômbia estiveram à minha disposição individual e minha satisfação interior é por não ter lhes causado menor dano, [esse] é meu maior consolo (Carta escrita para um destinatário desconhecido em Cartagena, datada de Bogotá, 1830. Tomo VII, R. 2.707, p. 475-476. Fragmento retirado das anotações de Pérez e Soto.)¹¹.

Neste curto artigo, apenas aponte os elementos constitutivos da *memória da indispensabilidade*, não desenvolvendo as possíveis relações entre as cartas, a biografia e a literatura, que também afirmam a importância do discurso em torno da renúncia e revelam novas possibilidades de tratamento do projeto narrativo epistolar¹². O objetivo deste texto foi o de explicitar uma memória que, à primeira vista, parecia ser secundária. Ao contrário da impressão inicial, a *memória da indispensabilidade* domina o epistolário, aparecendo não apenas quando o missivista anuncia o tema do governo e da liberdade, mas quando enceta explicações sobre as estratégias da guerra.

Além disso, a apresentação dos limites do missivista possibilita indagar sobre o “lugar de memória” concedido à América e aos seus projetos políticos. Entre a convicção e o desencanto, muitas dúvidas e adendos podem ser acrescentados, com o objetivo de desbaratar a máxima que se esmera em afirmar que o final trágico deste continente esteve previsto em tempos imemoriais. Ao ler o epistolário bolivariano, pude apresentar “o Bolívar missivista”, que, pressionado pela impossibilidade de onisciência, revelou, por meio de sua correspondência, os seus limites, os limites dos atores que o cercavam e os limites das circunstâncias históricas em transformação, desconhecidas e incontroláveis.

Nesse universo complexo do epistolário, infere-se a ruptura profunda provocada pela Independência, presente, sobretudo, no discurso alusivo a um “furacão revolucionário” e a uma inadequação e estranhamento da liderança aos novos tempos. Apesar dos limites

apresentados, e, de certa forma, em virtude deles mesmos, Bolívar permanece na memória latino-americana não por ser o Libertador, como heróica e romanticamente consagrou-se, mas pelas *apropriações* que o seu ideal de liberdade permite. No momento em que o título de Libertador foi adotado pelos analistas, ele passaria a ser ressignificado em conjunto com as interpretações sobre as atividades de Simón Bolívar. Presente em manifestações que escapam ao enquadramento histórico e historiográfico, Simón Bolívar torna-se o Libertador primeiro por suas ações e suas palavras, tão valiosas como a espada; segundo pelo efeito inebriante que o ideal de liberdade produz em meio à memória coletiva.

Por fim, resta sublinhar que a escrita de cartas serviu a um propósito muito maior do que a comunicação cotidiana, necessária num cenário de guerra. Ela representou a aposta na possibilidade de controlar o tempo, transformando o sujeito missivista num indivíduo singular porque ele se mostrou capaz de significar sua própria trajetória, fundindo-a com o destino da América liberta.

Referências

- GARRIDO, Joan Alcázar. *Reformismo borbónico y revoluciones hispanoamericanas*. Santiago: Universidade Nacional Andrés Bello, 1995.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.
- BELLOTTO, Manuel Lello; CORRÊA, Ana Maria Martinez (Orgs.). *Simon Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983.
- CARRERA-DAMAS, Gérman. *Cuestiones de historiografía venezolana*. Venezuela: Universidad Central de Caracas, 1964.
- _____. *El culto a Bolívar: esbozo para um estudio de la historia de las ideas em la Venezuela*. Caracas: Fundação do Instituto de Antropologia y História/ Universidad Central de Venezuela, 1969.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Getúlio Vargas: cartas-testamento como testemunhos do poder. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- DEAS, Malcom. A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a*

1870. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. Tomo III. p. 505-539.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *História e memória no epistolário de Simón Bolívar (1799-1830)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2005.

GUERRA, François-Xavier. Memórias em transformação. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 3, 2003. Tradução e adaptação de Jaime de Almeida. Disponível em: <<http://www.anphlac.hpg.ig.com.br/revista3.htm>>. Acesso em: 10 out. 2004.

_____. *Modernidad y independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

LECUNA, Vicente (Org.). *Cartas del Libertador (1799-1817)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1964. Tomos I a VII.

MADARIAGA, Salvador. *Bolívar: fracaso y esperanza*. México: Editorial Hermes, 1953. Tomo I.

_____. *Bolívar: victoria y desengano*. México: Editorial Hermes, 1953. Tomo II.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

PRADO, Maria Lígia. América Latina: tradição e crítica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 2, p. 167-174, set. 1981.

Notas

¹ Esse artigo é parte da Tese de Doutorado intitulada *História e memória no epistolário de Simón Bolívar (1799-1830)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Professora da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil, e-mail: fabianafredrigo@yahoo.com.br.

³ O epistolário de Simón Bolívar conta com 2.815 cartas, escritas entre os anos de 1799 e 1830. A coletânea utilizada foi organizada por Vicente Lecuna, o mesmo que cuidaria da restauração da Casa Natal do Libertador na Venezuela e que se tornaria o guardião da documentação e da memória do Libertador. Teve-se acesso à segunda edição das *Cartas del Libertador*, publicada em sete tomos, entre os anos de 1964 e 1969.

⁴ Esse termo é de minha autoria e serviu ao propósito de explicar o discurso da renúncia, apresentando, em conjunto, os outros elementos retóricos a ele associados – a morte, o ressentimento, a doença e a solidão. Sua primeira aparição foi na referida tese de doutorado.

⁵ Os dados biográficos de Fernando Peñalver indicam o seu apoio fiel ao projeto de Simón Bolívar, o que explica o tom da carta. Nas cartas destinadas a Peñalver – assim como nas enviadas para o Marquês Del Toro – grassava o tom muito pessoal, marcado pela relação de amizade e de lealdade. Atente-se para o fato de que Bolívar muito pouco escrevia sobre a sua saúde. Comentar a respeito de sua saúde – e fazer isso ainda em 1821 – não era algo comum, o que revela o diferencial concedido a Fernando Peñalver.

⁶ A ABNT é omissa quanto à citação de documentos tais como as cartas. Em virtude da particularidade dessa documentação (que exige deixar explícito o destinatário, o lugar e a data da escrita da carta), e do fato de que esta pesquisa lidou com uma coletânea organizada por terceiros, o que lhe obrigava, ainda, a indicar o tomo em que se encontrava a epístola, o número de seu registro e a identificação do documento, ou seja, seu tipo (se era original ou cópia, anotando de onde era retirada, se de arquivo público, pessoal ou de jornais de época), estabeleceu-se uma forma de citação singular. Assim, para que os leitores não perdessem nenhuma referência,

padronizou-se a citação das epístolas da seguinte forma: Carta para (destinatário). Lugar e data de sua escrita, Tomo (I ao VII), R. (Registro, equivalendo ao número da carta na coletânea), p. (página da carta na coletânea), tipo.

⁷ A partir dessa consideração, é oportuno tecer uma comparação: o discurso da renúncia foi para Bolívar o que o discurso da morte foi para Getúlio Vargas. Sobre esse último, Maria Celina D' Araújo (2004), quando analisa suas cartas-testamento, aponta a tessitura de um discurso sobre a morte como uma resposta do presidente ao seu fracasso e à vitória dos inimigos. Por meio de suas cartas-testamento, dos relatos em diários e de alguns manifestos, Getúlio Vargas foi, aos poucos, construindo-se como “vítima do poder e redentor do povo”. As referências metafóricas à morte apareceram antes de 1954, sendo encontradas nos anos de 1930, 1932 e 1945. Nesse sentido, nos dois universos discursivos (no de Bolívar e no de Vargas), há a utilização de artifícios retóricos como “instrumento de poder, um recurso político, uma maneira de valorizar seus feitos e de construir uma imagem grandiosa para o futuro” (D'ARAÚJO, 2004: 295).

⁸ Nome da cidade venezuelana que sediou o Congresso de Angostura em 1819, quando Bolívar conseguiu aprovar a criação da Grã-Colômbia. Entre uma das peças políticas mais importantes de seus escritos, apontadas pelos pesquisadores, está o discurso pronunciado por ocasião da instalação do Congresso. Nesse documento, Bolívar defendeu a inaplicabilidade de uma Constituição Federal, apesar de admitir que o federalismo florescia muito bem na América do Norte. Suas considerações objetivavam convencer os legisladores da necessidade de adotar uma constituição que lidasse com “a idéia sólida de formar uma república indivisível e centralizada” (BOLÍVAR apud BELLOTTO; CORREA, 1983: 121). Munido dessas convicções, Bolívar defendeu um Senado hereditário e um executivo forte. Ao propor um executivo forte, Simón Bolívar comparou as atribuições de um presidente da República às do rei na monarquia britânica. O rei teria, no “modelo perfeito”, as mãos atadas pela vigilância do legislativo, mas, ao mesmo tempo, a sua “inviolável e sagrada pessoa” seria fundamental para o equilíbrio político (BOLÍVAR apud BELLOTTO; CORREA, 1983: 127).

⁹ A década de vinte do século XIX marcaria a expansão do movimento de independência para o vice-reinado do Peru. Bolívar partiria com as suas tropas para, segundo ele, “auxiliar San Martín”, que havia dado início à luta nesses territórios. É necessário ter claro que o apoio à causa da independência nas regiões da América do Sul foi heterogêneo, fosse da parte dos setores da elite *criolla*, fosse da parte da população. Como a historiografia mais recente demonstra, de início, o processo de emancipação não se fez contra o Rei ou contra o Antigo Regime. Foi, exatamente, a sensação de orfandade dos súditos que aprofundou o “dever” da emancipação. Numa cronologia posterior, anos de guerra dividiram opiniões que, marcadas pelas dificuldades dos conflitos, eram profundamente voláteis. Vivas aos republicanos podiam se tornar vaias, dependendo da tropa que invadisse o território. Por um lado, a população queria sobreviver àqueles considerados tão opressores quanto os espanhóis, por outro, as elites, na iminência de rebeliões étnicas, recorriam à ordem realista, a qual creditavam o poder de controlar os rebeldes. Especialmente no Peru, as dificuldades enfrentadas pelo exército patriota foram imensas. Bolívar não se cansou de sublinhar em suas missivas a “traição”, segundo ele, dos habitantes à causa patriótica. No entendimento do general, os obstáculos impostos aos exércitos patriotas estiveram relacionados ao fato de seus exércitos serem sustentados pela Nova Granada, o que facultava a presença de um número excessivo de colombianos nas tropas. Evidente que a explicação de Bolívar é parcial. Se a resistência no Peru aos patriotas teve a ver com a fidelidade peruana aos realistas e com a identidade localista que os separava de venezuelanos e de colombianos, é certo que a disputa territorial, que pretendia impedir a perda de espaço geográfico das antigas fronteiras, anteriores à edificação das repúblicas, também é um dado a ser considerado. A declaração de guerra à Espanha e a constituição de repúblicas resultaram para o Peru em perdas territoriais, daí as suas disputas constantes com a Grã-Colômbia. Todavia, o importante é reter que o apoio ao rompimento com a Espanha não fora conseguido de imediato e totalmente: “No que se refere ao processo de emancipação em seu conjunto, o caso mais singular é, muito possivelmente, o do Peru, território no qual as tropas de procedência argentina e chilena comandadas por San Martín foram recebidas com indiferença em 1820. Posteriormente, na decisiva Batalha de Ayacucho, que significou o fim do império espanhol, as tropas de Sucre eram majoritariamente colombianas. As tropas realistas do Peru estavam formadas por oficiais peninsulares e *criollos*, mas o grosso da força militar era de índios e mestiços. A presença de Bolívar terá uma boa acolhida ainda que, depois de sua partida, seu representante será expulso no início da declaração de guerra que o Peru fará à Colômbia bolivariana” (ALCÁZAR, 1995: 13).

¹⁰ Muito já se escreveu sobre o caráter revolucionário ou não das independências americanas. Carrera-Damas (1964) afirma haver consenso entre os historiadores venezuelanos sobre o caráter revolucionário do processo de independência. Também François-Xavier Guerra (2003) admite o caráter revolucionário das independências na América, atrelando-as a uma transformação que definitivamente impediria o retorno, tal e qual, à situação do Antigo Regime: a entrada do mundo espanhol e americano na modernidade política. Para os representantes da revisão historiográfica sobre as independências, um processo revolucionário abriga, sem dúvida, ruptura e continuidade, sendo que o definidor do grau de transformação revolucionária é a irreversibilidade do processo. A despeito de algumas continuidades estruturais que dificultaram a vida administrativa e econômica das novas

repúblicas americanas, era-lhes impossível atuarem, após o processo de independência, como colônias, imersas no pacto do Antigo Regime. Era inadmissível reacomodar-se, nos mesmos termos, à monarquia hispânica.

¹¹ Nota de Lecuna sobre a reprodução desta carta a um desconhecido: *El Recopilador, de Bogotá, n. 3 de 17/09/1830*. “Encontramos este fragmento na coleção de cartas do Libertador organizadas pelo senhor Pérez y Soto com indicação do jornal de onde foi retirado. Não nos consta sua autenticidade, mas está ajustado a fatos positivos. Verificada a cópia por nosso distinto colega, senhor Dom Roberto Cortázar, secretário da Academia Colombiana de História, de Bogotá, encontrou-se uma variante. Em vez da frase: ‘Minhas melhores têm-se convertido’, no jornal diz: ‘Minhas melhores intenções têm-se construído’. ‘El Recopilador’ expressa: ‘Este fragmento é tomado do jornal *Mercurio* de Nova Iorque, 03/07/1830’.” (LECUNA, 1969: 76).

¹² Na tese referenciada, o cotejo do epistolário com a literatura e a biografia é tema do terceiro capítulo.